

STRONG ESAGS – ESCOLA SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E
GESTÃO

João Vítor Caires Alves

**A TRANSFORMAÇÃO BANCÁRIA AO LONGO DA DÉCADA DE 90 E
ANOS 2000 E O IMPACTO NA TAXA DE JURO**

Santo André
2020

João Vitor Caires Alves

A TRANSFORMAÇÃO BANCÁRIA AO LONGO DA DÉCADA DE 90 E ANOS 2000 E O IMPACTO NA TAXA DE JURO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas, à Escola Superior de Administração e Gestão – STRONG ESAGS

Orientador: Prof. Me. Raphael Bicudo

Santo André
2020

à minha família e amigos.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer primeiramente a minha família que sempre me possibilitou o melhor ambiente e estrutura possível para que eu pudesse estar alcançando mais um objetivo em minha vida.

Aos professores e coordenadores de curso da instituição que sempre estão dispostos a nos ajudar e que de alguma forma contribuíram para a minha formação acadêmica.

E por fim aos amigos de curso e colegas de trabalho que sempre me apoiam e agregam de forma construtiva, me ajudando a chegar até aqui.

“A economia não é uma ciência como a química e a física que permitem reproduzir em laboratórios experimentos a serem comparados.”

Autor desconhecido.

Resumo

Nas últimas décadas passamos por diversas transformações monetárias para chegarmos a uma estabilidade monetária viável e próspera para o desenvolvimento econômico, não apenas no Brasil, mas em diversos países subdesenvolvidos. Com isso, diversas linhas de pensamento econômico, alegam que um dos principais fatores que atrapalham o desenvolvimento econômico de países em desenvolvimento, seria o custo de financiamento para o desenvolvimento da economia, ou seja, o juro. A consequência desse custo de financiamento é o desenvolvimento econômico, ainda mais quando tratamos de países em desenvolvimento, que precisam desses recursos para o pequeno e médio empresário, e até mesmo para investimentos maiores em uma formulação sólida de uma base próspera que seriam os investimentos em infraestrutura, estes geralmente de longo prazo. Por se tratar de uma variável macroeconômica bastante complexa, obviamente é de se esperar que o problema estrutural do juro no Brasil possui diversos fatores, sendo um deles, a concentração bancária, não elencado como o maior dos fatores e nem o menor, porém um fator de grande importância e com um debate amplo não só na academia como no mercado como um todo.

Palavras-chave: desenvolvimento econômico, países em desenvolvimento, financiamento, investimento, juro, concentração bancária.

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Participação das Instituições Financeiras no PIB (%).	13
Gráfico 2 - Taxa de juros meta Selic definida pelo Copom % a.a.	22
Gráfico 3 – Saldo da carteira de crédito em relação ao PIB durante o período dos anos 2000 a 2010.	23
Gráfico 4 – Participação das Oito Maiores Instituições no Ativo Total.	25

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Lista de bancos liquidados e suas respectivas datas pelo Diário Oficial.	14
Tabela 2 – Bancos públicos adquiridos por bancos privados com suas respectivas datas e valores.	18
Tabela 3 – Prazo médio de operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas entre dezembro de 2003 a junho de 2008.	22
Tabela 4 – Spread bancário praticado com pessoas físicas e jurídicas entre dezembro de 2000 e junho de 2008	23
Tabela 5 – Taxa de crescimento do consumo durante o período de 2003 a 2010 anual %.	24

Sumário

Introdução	10
1. Mudanças influentes na consolidação bancária a partir dos anos 90	12
1.1 Dinâmica do setor bancário em tempos de alta inflação	12
1.2 PROER e sua implementação	14
1.3 PROES e sua implementação	18
1.4 Adoção do Acordo da Basileia	19
2. Participação do setor bancário no produto a partir dos anos 2000	22
Conclusão	27
Referencial Bibliográfico	29

Introdução

Nas últimas décadas passamos por diversas transformações monetárias para chegarmos a uma estabilidade monetária viável e próspera para o desenvolvimento econômico, não apenas no Brasil, mas em diversos países subdesenvolvidos. Com isso, diversas linhas de pensamento econômico, alegam que um dos principais fatores que atrapalham o desenvolvimento econômico de países em desenvolvimento, seria o custo de financiamento para o desenvolvimento da economia, ou seja, o juro. Freitas (2009), “Um dos problemas-chave da economia capitalista é o financiamento da atividade produtiva e, em particular, dos investimentos.”

A consequência desse custo de financiamento é o desenvolvimento econômico, ainda mais quando tratamos de países em desenvolvimento, que precisam desde recursos para o pequeno e médio empresário até mesmo para investimentos maiores para a formulação sólida de uma base próspera, que seriam os investimentos em infraestrutura, geralmente de longo prazo. Camargo (2009), “Ademais, as linhas de crédito direcionadas para consumidores e investidores privados são extremamente caras e escassas, principalmente as de longo prazo.”

Ao abordarmos este problema, temos diversos fatores que contribuem para um juro alto que acaba dificultando e em muitas vezes inviabilizando os investimentos produtivos no geral, como por exemplo, em infraestrutura, tecnologia e outros fatores que são necessários para o desenvolvimento econômico. Uma característica desses países é a estrutura do setor bancário que em muitos casos é a via de transmissão de recursos da economia, assim iremos abordar nesta pesquisa a seguinte questão, a influência do número de bancos e sua concentração na taxa de juro do Brasil.

“...a dificuldade em reduzir o custo do crédito tem no oligopólio bancário uma de suas principais causas. Os bancos no Brasil atuam de modo cartelizado. As taxas de juros pouco diferem de uma instituição para outra.”

Marcos Cintra (2006)

Este trabalho tem como objetivo mostrar a consolidação bancária a partir da década de 90 e os impactos na taxa de juro no começo dos anos 2000 até 2010, após essa consolidação. Desta forma o trabalho segue dividido em duas principais seções, onde na primeira seção vamos abordar a dinâmica bancária que perdurou fortemente dos anos 80 até o começo dos anos 90, os dois principais programas de resgate ao setor financeiro iniciado na primeira metade da década de 90 e a adoção do acordo da Basileia pelo setor.

Já na segunda seção iremos abordar alguns aspectos mais quantitativos, após uma consolidação do setor financeiro e uma estabilização de uma nova moeda, o caminho que a taxa de juro percorreu durante o início dos anos 2000 a 2010, como se

deu a consolidação do setor financeiro, o crescimento econômico do período puxado pelo consumo e a participação dos principais competidores como detentores do crédito na economia real

1. Mudanças influentes na consolidação bancária a partir dos anos 90

O Brasil passou por períodos conturbados na década de 80 e no começo dos anos 90, com um grave problema inflacionário que parecia não ter solução, diversas tentativas foram feitas durante o período, mas apenas em 1994 com o Plano Real, conseguimos de fato estancar o problema. Com todos esses problemas pelo caminho, cicatrizes foram deixadas não apenas no setor bancário, mas como no Sistema Financeiro Nacional (SFN).

“A implementação do Plano Real em 1994 provocou grandes transformações no sistema bancário brasileiro, ao colocar em xeque a estrutura patrimonial e o padrão de rentabilidade característicos dos anos de alta inflação.”

Maia (2003)

Na década de 90, o governo precisou fazer um socorro de certa maneira emergencial no sistema financeiro brasileiro, para que pudéssemos nos prefinir do pior. Depois de uma década basicamente de lucros no setor bancário altíssimos devido a alta inflação e os “spreads” praticados pelo setor, após a estabilização de uma moeda forte, o Real, os bancos começaram a ter sérios problemas de liquidez e solvência, devido a uma nova conjuntura macroeconômica.

A partir de todo esse problema, o governo anunciou dois programas para socorrer o sistema financeiro, o PROER e o PROES. Esses dois programas foram decisivos para a reestruturação do setor bancário na economia brasileira. Os programas propiciaram uma maior qualidade a nível de crédito no setor, maior participação do setor privado, medidas mais firmes onde os bancos passaram a cumprir e a possibilidade de novos participantes no setor à medida que a economia foi aberta no final dos anos 90.

1.1 Dinâmica do setor bancário em tempos de alta inflação

A dinâmica do setor bancário ao longo do tempo sofreu diversas alterações, porém iremos focar no principal papel de um banco, as operações de crédito, empréstimos para famílias e empresas. Os ganhos tidos pelos bancos com essas operações possuem basicamente uma dinâmica da seguinte forma, representada por dois agentes econômicos, o

agente econômico superavitário¹ e o agente econômico deficitário². Com as demandas de cada agente econômico, o papel do banco está na intermediação das necessidades, tendo como objetivo atender os dois agentes. Captando os recursos do agente superavitário, remunerando a um certo rendimento acordado e emprestando esse recurso ao agente deficitário acrescido de juros, que no montante final terá que ser maior em relação a quantia paga pelo banco ao agente superavitário. Desta forma temos o conhecido spread bancário³.

Explicado esse ponto, o segmento bancário brasileiro operava basicamente desta seguinte forma, como mencionado. Logo na década de 1980, vivíamos o que futuramente ficou conhecido como “A década perdida”, caracteriza por um grave desequilíbrio no Balanço de Pagamentos (BP), aceleração inflacionária e um forte desequilíbrio fiscal (GIMBIAGI, 2011).

Nesse período o setor bancário montava suas operações da seguinte forma para não ser prejudicado pela alta inflação que vivíamos no momento, para o agente superavitário, não estava incluso o pagamento de juro a correção pela inflação, ou seja, o banco pagava ao agente superavitário um valor insuficientemente compensado pela corrosão da inflação. E do outro lado, onde recebia juro do agente deficitário, nele sim os contratos de empréstimos era na sua maioria lastreados em índices de preço que esses sim conseguiam corrigir os valores, compensando assim a corrosão inflacionária (CARVALHO, 2003)

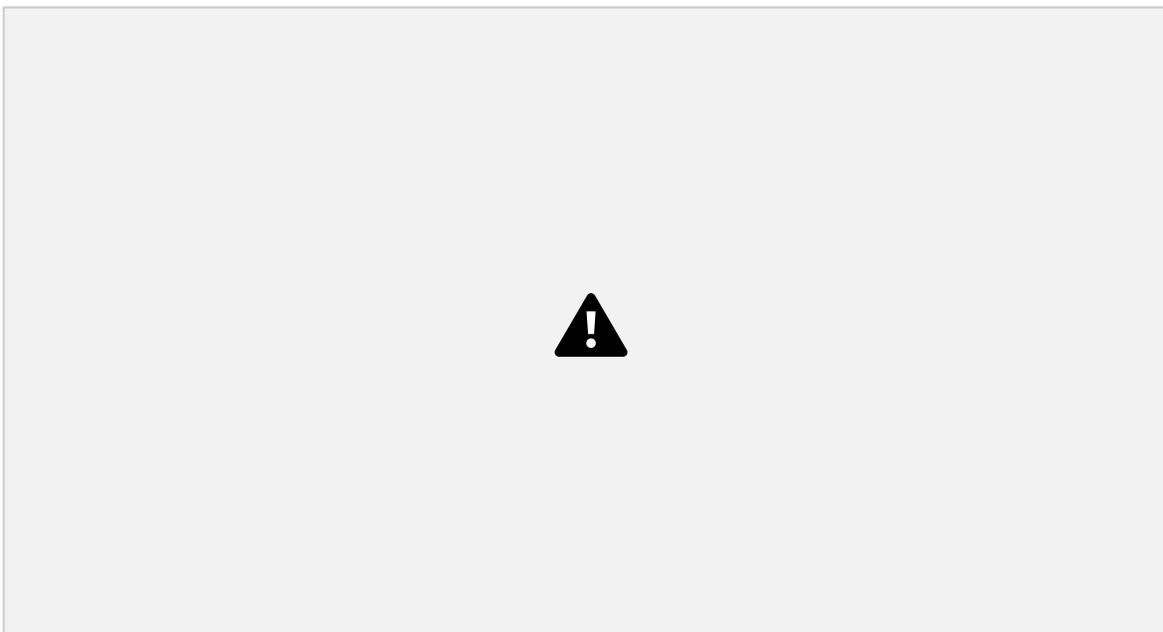
No gráfico abaixo, temos a evolução da participação do setor bancário na participação em percentual do PIB brasileiro ao longo dos anos 1980 até 1995, aqui podemos observar a trajetória ascendente da participação do setor bancário desde o começo da década de 80 e apenas uma observação para o ano de 1986 onde tivemos a implementação do Plano Cruzado para conter a inflação. E já no ano 1995 após a implementação do Plano Real que conseguiu atingir seu objetivo de controlar a inflação, vemos também uma queda desta participação.

¹ Agente econômico superavitário ou poupador, na qual possui um excesso de capital financeiro para consumo ou outro fim.

² Agente econômico deficitário ou tomadores, precisam de recursos para realização de alguma atividade.

³ Spread bancário é a nomenclatura usada pelo setor financeiro para determinar a margem do setor, ou seja, a diferença entre o quanto o banco ou instituição financeira consegue captar recursos para o quanto eles conseguem emprestar.

Gráfico 1 – Participação das Instituições Financeiras no PIB (%).



Fonte: IBGE. Elaboração própria.

1.2 PROER e sua implementação

Dada a euforia na década de 80 e começo dos anos 90 dos bancos com grandes lucros, tivemos logo após a implementação do Plano Real algumas dificuldades financeiras por parte de alguns bancos, devido a compressão em suas receitas oriundas das operações de crédito.

Juntamente com isso, tivemos no final do ano de 1994 um período de altas taxas de juro norte-americana, o que acabou acarretando sérias dificuldades para o México, dando início a sua crise econômica dos anos 90. Obviamente, pelo México ser um país com características socioeconômicas muito parecidas com o Brasil e outros países da América latina, muito começou a se questionar sobre essas economias, com sua capacidade de honrar suas obrigações internacionais o que ficou conhecido na época como “Efeito Tequila”. (De La Peña, 1997)

Para fazer frente a todo esse cenário internacional, o governo brasileiro juntamente com o Banco Central do Brasil, precisou tomar sérias medidas para conter a especulação e uma possível dúvida sobre a capacidade brasileira de crédito internacional, precisávamos "puxar o freio de mão". Ou seja, medidas de caráter contracionistas do ponto de vista de desenvolvimento para a economia brasileira. Aumento nas taxas de compulsório, reduzindo assim a oferta dos bancos por crédito; um aumento também na taxa básica de juro, chegando ao patamar de 35% ao ano, para desestimular a fuga de capital; implementação de uma nova política cambial, adoção de bandas cambiais; redução dos gastos fiscais, (Dieese, 1998).

Para complicar ainda mais a situação, o setor bancário, começou a tentar expandir sua carteira de crédito, dado os altos níveis de depósitos no sistema financeiro devido a estabilidade da inflação tornando novamente atrativo a aplicação em depósitos bancários, tentando assim manter seus altos retornos vistos nos anos anteriores. Tudo isso resultando em um aumento do volume de crédito sem a sua devida avaliação de risco, passando a ter altos níveis de inadimplência e aumento do volume de crédito de liquidação duvidosa. Essa situação contribui para a insolvência e a liquidação de diversos bancos que estavam operando no setor bancário brasileiro ao longo dos anos 80 e começo da década de 90. Na Tabela 1 abaixo, apresenta-se alguns bancos que foram liquidados pelo Banco Central do Brasil durante a década de 90.

Tabela 1 – Lista de bancos liquidados e suas respectivas datas pelo Diário Oficial.

Nome da Instituição	Data de Publicação Diário Oficial
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE S.A	24/09/1990
BANCO BANCORP S.A.	18/11/1994
BANCO SELLER S.A.	21/11/1994
BANCO MERCANTIL S.A	13/02/1995
BANCO ROSA S.A.	01/03/1995
BANCO AGRIMISA S.A.	18/11/1995
BANCO INVESTCORP S.A.	06/12/1995
BANCO ESTADO RIO DE JANEIRO S.A.	21/03/1996
BANCO FINANCIAMENTO INTERNACIONAL S.A.	18/04/1996
BANCO ECONÔMICO S.A.	09/08/1996
BANCO COMERCIAL DE SÃO PAULO S.A.	09/08/1996
BANCO NACIONAL S.A.	13/11/1996

BANCO BANORTE S.A.	30/12/1996
BANCO DO PROGRESSO S.A.	21/02/1997
BANCO BAMERINDUS S.A.	27/03/1996
BANCO FORTALEZA S.A.	15/05/1997
BANCO EMPRESARIAL S.A.	15/05/1997
BANCO VEJA S.A.	15/05/1997
BANCO ESTADO DE ALAGOAS S.A.	22/07/1997
BANCO DO ESTADO DO AMAPÁ S.A.	03/09/1997
BANCO BRASILEIRO COMERCIAL S.A.	15/05/1998
BANCO BRASILEIRO-IRAQUIANO S.A.	15/05/1998
BANCO ESTADO DO MATO GROSSO S.A.	30/10/1998
BANCO BMD S.A.	30/10/1998
BANCO PONTUAL S.A.	29/10/1999
BANCO MARTINELLI S.A.	29/10/1999
BANCO LAVRA S.A.	14/04/2000
BANCO HEXABANCO S.A.	14/07/2000

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Em 1995, o Banco Econômico foi uma das principais vítimas dos problemas que encontrávamos no setor bancário nesse período, excessivas operações de créditos com uma duvidosa avaliação de risco, reconhecimento de receitas indevidas e insuficiência patrimonial. Tudo isso resultando em um enorme problema de captação de recursos e liquidez, segundo o Banco Central uma insuficiência de caixa que beirava os 3 milhões de reais em valores da época, anunciando assim em meados de Agosto daquele ano uma intervenção e futuramente a liquidação do Banco Econômico pelo Banco Central do Brasil.

Com a intervenção do Banco Central do Brasil no Banco Econômico, muitas especulações começaram a surgir em cima da saúde financeira de outros bancos, o que acabou gerando uma falta de depósitos em alguns desses bancos, como por exemplo o Banco Nacional e Banco Bamerindus. Todos esses problemas clamaram por uma ajuda ao setor bancário financeiro, então o governo criou o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER), com a medida provisória (MP) Nº 1.179 na data de 03/11/1995 que foi regulamentada pela Resolução Nº 2.208 na mesma data que futuramente fora convertida na Lei Nº 9710/98. (BACEN, 1996)

O novo programa criado pelo governo mudava historicamente a capacidade do Banco Central brasileiro de intervenção no sistema

bancário, onde anteriormente o Banco Central apenas atuava na intervenção e na liquidação de instituições financeiras, isto era eficaz em casos de intervenções e liquidações de pequenas instituições sem risco de contágio em outras. Agora com o novo programa, o Banco Central terá que lidar com situações com um risco sistêmico maior, grandes bancos onde uma possível quebra poderia resultar em uma corrida bancária ameaçando o sistema como um todo. O programa implementado pelo governo tinha como princípios, a preservação da estabilidade do sistema de pagamentos, via garantia dos depósitos dos aplicadores; e a penalização das más políticas bancárias, via transferência do controle acionário das instituições socorridas pelo programa (MAIA, 2003).

O acesso ao programa, seria determinado caso a caso pelo Banco Central, onde se restringiria apenas as instituições participantes do sistema bancário financeiro como, bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, bancos de desenvolvimentos, associação de poupança e empréstimo, financeiras e sociedades de crédito imobiliário. Com essas instituições o programa fora implementado por meio da reorganização administrativa, societária e operacional de cada instituição, ou seja, transferência do seu controle acionário.

A ideia principal do programa era que bancos em situações mais confortáveis e saudáveis comprassem os bancos problemáticos (bancos com problemas de solvência e liquidez). Para isso, existiam dentro do programa uma divisão de duas possíveis operações.

A primeira se caracterizava por bancos grandes classificados como problemáticos, onde o banco problemático era dividido em duas partes, “banco bom” e “banco ruim”. O banco bom seria na verdade a parte dos ativos na qual o banco adquirente (outro banco que tivesse interesse na compra do banco problemático) tivesse interesse em adquirir, vale ressaltar que o banco adquirente tinha a liberdade de escolher quais ativos ele gostaria de comprar e em contra partida assumiria todos os depósitos do banco problemático. Após essa seleção, era concluída a operação PROER e o banco bom era vendido ou incorporado ao banco adquirente. Já o banco ruim entrava em um processo de liquidação extrajudicial pelo Banco Central. A segunda operação, atendia os pequenos e médios bancos. Neste caso não havia uma divisão de “banco bom” ou “banco ruim”, o banco problemático era apenas vendido ao banco adquirente. Para simplesmente não transmitirmos o risco do banco problemático para o banco adquirente, o PROER oferecia ao banco adquirente o que ficou conhecido como “colchão de liquidez”, para que o

banco adquirente pudesse operacionalizar o banco problemático e lidar com os possíveis saques. (MAIA, 2003)

Podemos concluir que o PROER, foi um programa de sucesso trabalhado pelo governo brasileiro. Obviamente, tiveram outras medidas com menos impactos expressivos em termos reais que também colaboraram para uma retomada mais sustentável do setor financeiro brasileiro. Podemos citar duas como exemplo, a implementação do “Acordo da Basileia”, incorporando certos temas como, alguns requisitos mínimos para abertura de novos bancos, capital mínimo ponderado pelo risco e exigência de modelos internos mais sofisticados para avaliação de risco; e a partir de 1996 com a Resolução Nº 2.303 autorizando que as instituições financeiras cobrassem tarifas pela prestação de serviço. O programa se deu como concluído em meados do ano 1997 quando realizou a última operação de financiamento⁴.

1.3 PROES e sua implementação

Assim como o ocorrido no setor bancário privado, tivemos basicamente a mesma casualidade com os bancos públicos e basicamente de mesma intensidade. Em Agosto de 1996 quando o PROES foi iniciado com a MP Nº 1.514, existiam 35 instituições financeiras controladas pelos governos estaduais, bancos múltiplos, comerciais e até agências de fomento. A origem do PROES se deu pela inclusão de dois projetos que o Governo Federal arquitetava, o Programa de Incentivo à Redução da Presença do Setor Público Estadual na Atividade Financeira Bancária e a Privatização de Instituições Financeiras Estaduais.

Os recursos que viabilizaram o PROES foram estimados em US\$ 48 bilhões, emitidos via dívida do Tesouro Nacional, aproximadamente 6% do PIB no período (PUGA, 1999). Medidas deliberadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), com a coordenação do Banco Central do Brasil, a liberação dos recursos ocorreria dentro dos devidos padrões:

- Financiamentos prévios imprescindíveis para a privatização das instituições financeiras;
- Financiamentos liberados em circunstâncias excepcionais sem que, necessariamente, houvesse a transferência do controle

⁴ Dados extraídos do Banco Central do Brasil, 2003:

O programa teve valores no total da ordem de R\$ 20,4 bilhões resultando em 2,7% do PIB nos anos de 1995-96-97, aproximadamente;

Ao todo foram totalizadas oito transações (fusões e aquisições), quatro classificadas como bancos grandes sendo uma delas com a participação de um banco estrangeiro e quatro como bancos médios e pequenos.

acionário. Neste caso, haveria o expresse compromisso de mudanças na administração do banco como forma de assegurar sua profissionalização e melhoria da gestão;

- Linhas de crédito destinadas ao financiamento da criação de agências de fomento para as unidades da federação;
- Financiamentos destinados à aquisição, por instituições financeiras federais, das carteiras de operações de crédito detidas pelos bancos estaduais submetidos à extinção.

Com essas medidas os bancos participantes do programa, foram privatizados, incorporados a outros bancos federais ou transformados em agências de fomento. O estímulo que os Estados tinham em adotar o programa eram o de redução das dívidas estaduais e a possibilidade de criarem agências de fomento, onde esse tipo de instituição financeira é proibida de captar recursos no mercado, sendo assim a ideia de promover a economia local através de recursos oriundos de agencias oficiais ou dos tesouros estaduais. Desta maneira essas instituições não possuíam risco corporativos decorrentes de captação do mercado. A Tabela 2 abaixo apresenta as privatizações dos bancos estaduais feitas entre os anos de 1997 até 2002.

Tabela 2 – Bancos públicos adquiridos por bancos privados com suas respectivas datas e valores.

Instituição	Data do Leilão	Comprador	Valor (R\$ milhões)
<i>BANERJ (RJ)</i>	26/06/1997	ITAÚ	311,10
<i>CREDIREAL (MG)</i>	07/08/1997	BCN/BRADESCO	134,20
<i>BEMGE (MG)</i>	14/09/1998	ITAÚ	603,06
<i>BANDEPE (PE)</i>	17/11/1998	ABN Amro	182,90
<i>BANEB (BA)</i>	22/06/1999	BRADESCO	267,80
<i>BANESTADO (PR)</i>	17/10/2000	ITAÚ	1.799,26
<i>BANESPA (SP)</i>	20/11/2000	SANTANDER	7.160,92
<i>BEG (GO)</i>	04/12/2001	ITAÚ	680,84
<i>BEA (AM)</i>	21/01/2002	BRADESCO	192,54

Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

1.4 Adoção do Acordo da Basiléia

Ainda no meio de toda a reestruturação que o setor bancário brasileiro passava ao longo da década de 90, em agosto de 1994 o Brasil aderiu ao Acordo da Basiléia com a Resolução Nº 2.099 do Banco Central, com o objetivo de adotar práticas e medidas a fim de garantir maior solidez ao sistema local. Dentre diversas medidas do Acordo, tivemos a

padronização do conceito de Capital e o que pode ser considerado como componente de Capital, onde é levado em consideração diversos ativos do banco e os seus riscos de perda. Com isso temos o que foi chamado de Patrimônio Líquido Exigível (PLE).

“[...] nessa nova sistemática, o montante de capital de um banco é determinado em função de dois conceitos. O primeiro refere-se à razão capital-ativo — corresponde ao inverso da alavancagem [...] e mostra a relação entre capital e ativo que o banco deve manter [...]. O segundo conceito refere-se ao risco diferenciado das operações ativas. Assim, um banco que assume grandes riscos na sua carteira de empréstimos, por exemplo, deve ter mais capital do que se fosse mais conservador na sua política de empréstimos.”

Soares (2001, p.27)

Nesse modo o Acordo trouxe consigo as regras de cálculo para tornar o sistema mais sólido e seguro, especificando limites de alavancagem e classificação de risco por ativo, por exemplos.

“Resolução n. 2099 estabelece que as instituições financeiras que operam no Brasil devem calcular o capital exigível (PLE), considerando a razão capital-ativo igual a 0,08 (alavancagem de 12,5) e quatro classificações de risco dos ativos, com ponderação de 0%, 20%, 50% e 100%, a saber:

- 1) *Risco Nulo (fator de ponderação 0%) — atribuído aos ativos como recursos em caixa, reservas junto à autoridade monetária, títulos públicos federais e reservas em moeda estrangeira depositadas no BC;*
- 2) *Risco Reduzido (fator de ponderação 20%) — atribuído aos depósitos bancários de livre movimentação mantidos em bancos, aplicações em ouro, disponibilidades em moeda estrangeira e créditos tributários;*
- 3) *Risco Reduzido (fator de ponderação 50%) — atribuído aos títulos estaduais e municipais, financiamentos habitacionais e aplicações no interbancário;*
- 4) *Risco Normal (fator de ponderação de 100%) — atribuído às operações de empréstimos e financiamento, aplicações em ações, debêntures, obrigações da Eletrobrás, Títulos da Dívida Agrária (TDA), operações vinculadas a bolsas de valores, de mercadorias e futuros.”*

Soares (2001, p. 30-31)

Como apontado por SOARES (2001), o que podemos ver com essas medidas implementadas era que para uma operação de crédito os bancos precisavam ter 8% do valor de Capital, já para a compra de Títulos da Dívida Pública não era exigido nenhuma necessidade de capital, ou seja, os bancos só precisavam captar recursos a taxas inferiores a que se pagava pelos Títulos da Dívida Pública para ter uma operação rentável. O que no final acabou concentrando os maiores esforços dos bancos para operações com Títulos da Dívida Federal em detrimento das operações de crédito.

“[...] os bancos, desde a crise bancária de 1995, vêm realizando um ajuste profundo na sua estrutura patrimonial, expresso tanto na diminuição da alavancagem de suas operações ativas, em particular do crédito, como na elevação da participação relativa de títulos públicos na composição do ativo bancário.”

Soares (2001, p. 36)

Com a vinda do Acordo da Basileia, ficou claro a dificuldade ainda maior da operacionalidade dos bancos. O que acabou dificultando muito a vida de pequenos e médios bancos que em muitas vezes possuíam uma alavancagem maior do que a de grandes bancos. Os objetivos do Governo brasileiro em adotar medidas para uma maior solidez do sistema acabou prejudicando a concorrência no setor bancário dando assim uma maior concentração bancária no período (Marques e Leme, 2005).

Belaisch (2003, p. 6), nos mostra que também não apenas o número de bancos tem sido reduzido ao longo da década de 90 como também, dois terços dos seus ativos estão concentrados em aproximadamente 10 instituições financeiras aonde possuem 70% dos depósitos à vista e fornecem cerca de 75% dos empréstimos de crédito. Concluindo que a concentração bancária sugere uma estrutura de mercado não competitiva, permitindo que os bancos agissem como se estivessem em um Monopólio ou Oligopólio tendo como resultado um maior diferencial entre o juro dos depósitos à vista contra o juro de suas carteiras de empréstimos.

2. Participação do setor bancário no produto a partir dos anos 2000

Após a uma longa década de consolidação no setor bancário brasileiro, como apresentamos anteriormente. O setor finalmente teve uma certa consolidação e um cenário econômico menos conturbado porém com novos desafios.

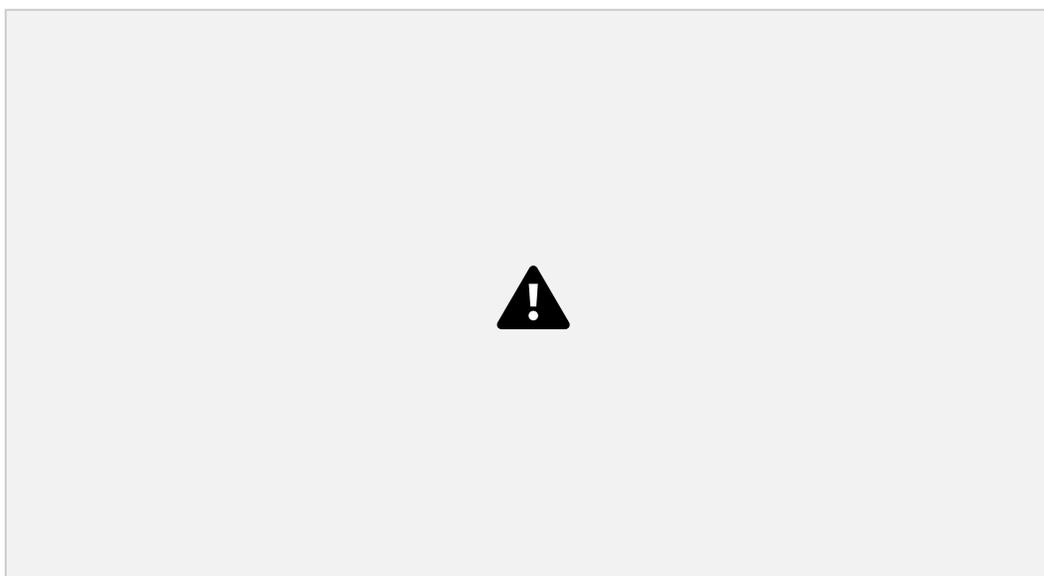
Após o final da crise dos países emergentes que percorreu o final da década de 90 e começo dos anos 2000, que afetou a economia brasileira. Em 2003, primeiro ano do governo Lula, a equipe econômica optou por uma política mais conservadora e de juro alto, com um nível de crescimento baixo, porém com uma inflação controlada. No final do mesmo ano já estávamos começando a enxergar um crescimento de 0,4% no PIB. Durante o período de 2003 a 2007, foi expressivo o crescimento econômico brasileiro e mundial, com o Brasil atingindo um PIB de 5,7% em 2004 e a economia mundial crescendo aproximadamente 5% em termos reais. Com um ambiente de crescimento econômico desencadeando em um aumento da renda e emprego, a taxa de juro começou a mostrar um caminho gradual de queda, permitiu a liberação do crédito para pessoa física, junta-se ainda a ampliação de prazos mais longos para as amortizações, regras mais claras e um aumento na agilidade de execução de garantias. Todos os fatores ajudando a expansão no mercado de crédito local e a redução dos spreads bancários praticados pelos bancos. (CAMARGO, 2009)

Outros números que mostram o aumento da expansão do crédito de maneira mais ampla são apontados por NOGUEIRA (2010, pag. 154):

“Houve expansão do crédito, pois o saldo total evoluiu em termos nominais de R\$ 384 bilhões, no final de 2002, para R\$ 936 bilhões, cinco anos após. As operações de mercado de capitais, as emissões primárias de ações, debêntures, FIDC, CRI, etc. passaram de cerca de R\$ 20 bilhões, em 2002, para R\$ 150 bilhões em 2007. As operações de leasing também tiveram desempenho extraordinário. Adotou-se, portanto, o instrumento adequado para retomar o crescimento econômico. A relação crédito/PIB passou de 21,8% do PIB, em dezembro de 2002, para 34,7%, em dezembro de 2007. O crédito, estimulando consumo e investimento, e o superávit comercial, foram os grandes componentes do impulso à demanda agregada, que levou ao crescimento da renda e à queda do desemprego.”

Com esse contexto o Banco Central do Brasil conseguiu reduzir expressivamente a taxa Selic para um menor nível histórico de 8,75% em 2009, conforme o Gráfico 2 A redução da taxa Selic teve uma maior acentuação no segmento das pessoas físicas, o que pode ser explicado por uma concessão de crédito de menor riscos, como por exemplo, crédito consignado, financiamento de veículos e o crédito imobiliário.

Gráfico 2 - Taxa de juros meta Selic definida pelo Copom % a.a.



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

O prazo médio das operações de pessoa física saiu de 296 dias em dezembro de 2003 para 466 em junho de 2008, e para pessoa jurídica saiu de 170 dias para 303 dias o mesmo período, como podemos ver na Tabela 3. (CAMARGO, 2009)

Tabela 3 – Prazo médio de operações de crédito para pessoas físicas e jurídicas entre dezembro de 2003 a junho de 2008.

Data	Pessoa Jurídica	Pessoa Física
<i>dez/03</i>	170	296
<i>dez/04</i>	189	296
<i>dez/05</i>	218	319
<i>dez/06</i>	234	368
<i>dez/07</i>	275	439
<i>jun/08</i>	303	466

Fonte: CAMARGO (2009) e Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

A queda na taxa Selic ao decorrer do início dos anos 2000, também contribuiu para a redução do spread bancário neste período, conforme podemos observar na Tabela 4. Mesmo assim, segundo um estudo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), dentre o período de 2003 a 2008 o Brasil possuía o maior spread bancário do mundo e onze vezes maior do que o praticado em países desenvolvidos.

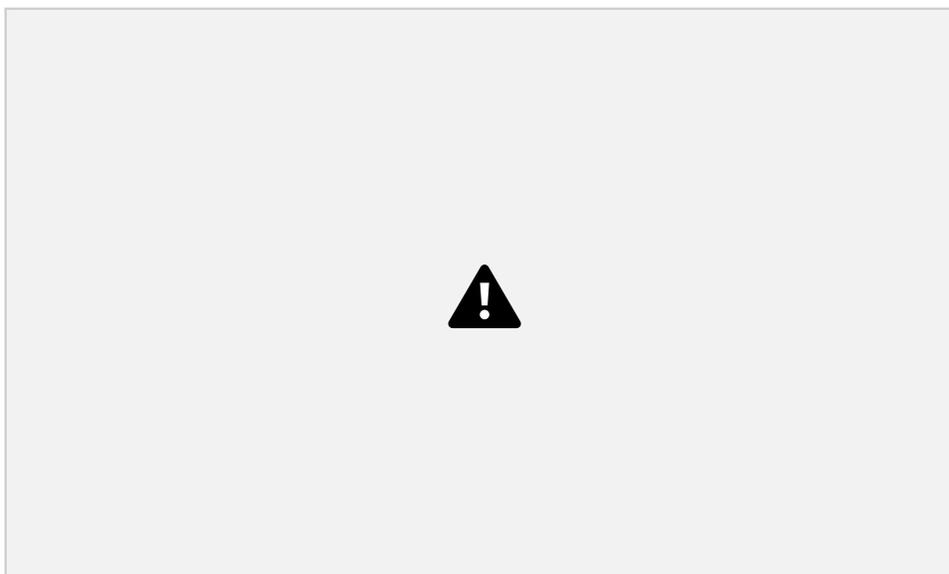
Tabela 4 – Spread bancário praticado com pessoas físicas e jurídicas entre dezembro de 2000 e junho de 2008

Data	Pessoa Jurídica	Pessoa Física
<i>dez/00</i>	21,57	49,68
<i>dez/01</i>	24,38	50,99
<i>dez/02</i>	24,97	54,51
<i>dez/03</i>	26,44	50,85
<i>dez/04</i>	23,19	42,94
<i>dez/05</i>	24,07	42,6
<i>dez/06</i>	24,3	39,63
<i>dez/07</i>	20,97	31,92
<i>jun/08</i>	23,78	34,74

Fonte: CAMARGO (2009) e Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Olhando também para o indicador de relação Crédito/PIB da economia brasileira entre o período dos anos 2000 a 2010, podemos ver um crescimento do indicador (Gráfico 3). Conforme citado por GIMBIAGI (2015, p. 222), na segunda metade do primeiro governo Lula, foi adotado um discurso mais pro-consumo do que pro-ajuste, resultando em uma política fiscal mais agressiva pelo gasto público, acarretando uma aceleração do consumo das famílias (Tabela 5), ajudando a visualizar o aumento na carteira de crédito.

Gráfico 3 – Saldo da carteira de crédito em relação ao PIB durante o período dos anos 2000 a 2010.



Fonte: CAMARGO (2009)⁵ e Banco Central do Brasil.

Conforme citado por GIMBIAGI (2015, p. 222), na segunda metade do primeiro governo Lula, foi adotado um discurso mais pro-consumo do que pro-ajuste, resultando em uma política fiscal mais agressiva pelo gasto público, acarretando uma aceleração do consumo das famílias (Tabela 5), ajudando a visualizar o aumento na carteira de crédito.

Tabela 5 – Taxa de crescimento do consumo durante o período de 2003 a 2010 anual %.

Variáveis	2003-2006	2007-2010	2003-2010
<i>Consumo Total</i>	3,0	5,3	4,1
<i>Consumo do Governo</i>	2,5	3,9	3,2
<i>Consumo das Famílias</i>	3,2	5,7	4,4

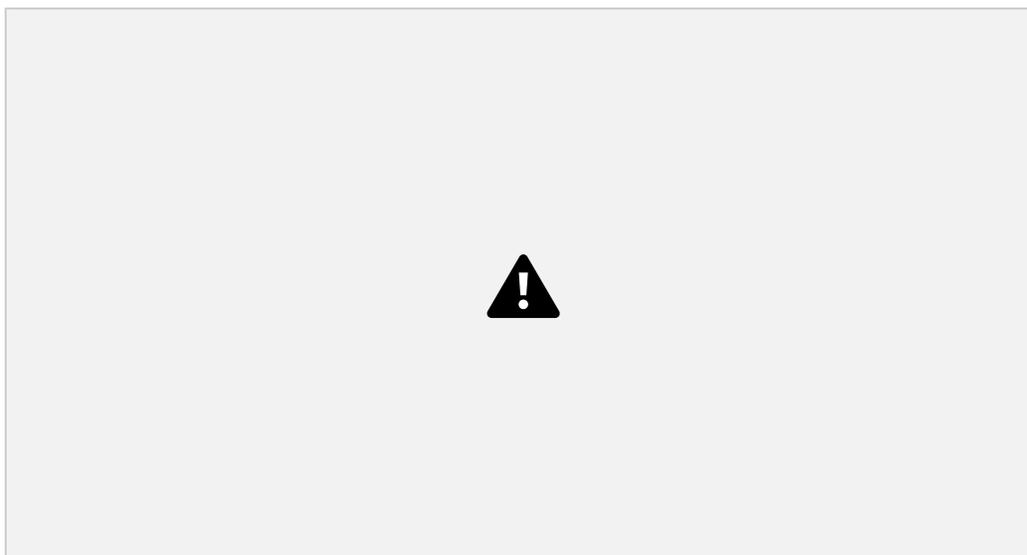
Fonte: GIMBIAGI (2015) e IBGE. Elaboração própria.

⁵ Os dados divulgados pelo Banco Central consideram o balanço operacional dos bancos, que inclui somente as operações financeiras, não contabilizando operações como as de seguros, previdência e capitalização. CAMARGO (2009).

As implicações das medidas macroeconômicas adotadas no início dos anos 2000, levou consequências para o setor bancário. Podemos ver no Gráfico 4, como o aumento na participação das oito maiores instituições financeiras no ativo total concentrou o setor.

No primeiro semestre de 2008 as oito maiores instituições financeiras do país eram responsáveis por 75,7% do total de ativos (Gráfico 5), exceto intermediações, do Sistema Financeiro Nacional. A participação vem crescendo desde 1998, o número de participantes caiu de 128 para 101 em Junho de 2008. Podemos enxergar que a redução dos bancos públicos e o aumento da participação dos bancos privados nacionais e estrangeiros contribuiu significativamente para esses números de ativos totais, para termos uma referência em Dezembro de 1996 os bancos públicos federais e estaduais representavam 55,3% dos ativos totais do Consolidado Bancário (CAMARGO, 2009).

Gráfico 4 – Participação das Oito Maiores Instituições no Ativo Total.



Fonte: CAMARGO (2009)⁶ e Banco Central do Brasil.

⁶ Os dados divulgados pelo Banco Central consideram o balanço operacional dos bancos, que inclui somente as operações financeiras, não contabilizando operações como as de seguros, previdência e capitalização. CAMARGO (2009).

Conclusão

Durante o final dos anos 80 e começo dos anos 90, vimos diversos problemas macroeconômicos que estavam acontecendo na economia brasileira, seja por fatores externos ou internos. Um deles foi a alta inflação que resultou em um aumento generalizado e persistente do nível de preços, assombrando a economia brasileira por diversos anos entre o período mencionado. Tivemos como resultado uma dinâmica de operação no setor bancário conhecida como, ganhos inflacionários, que devido a sua alta lucratividade resultou em um número expressivo de bancos na época.

Com o cenário de inflação se perpetuando a cada ano e diversos planos para o combate foram fracassados, foi na primeira metade dos anos 90 onde o Plano Real entrava em vigor e com resultados satisfatórios, resultando em um pleno sucesso com o controle inflacionário.

O sucesso atingido pelo plano acabou afetando diretamente o setor bancário e principalmente sua dinâmica de operação, onde os resultados obtidos anteriormente pelos ganhos inflacionários, agora foram reduzidos significativamente. O número de bancos nesse período foi reduzido, devido os problemas de rentabilidade e até mesmo de solvência e liquidez enfrentado por alguns bancos. Grandes políticas setoriais foram adotadas pelo governo para reduzir o impacto desses problemas, resultando basicamente em uma concentração forçada do setor.

No mesmo período da implementação do Plano Real tivemos também a adoção do acordo da Basiléia para o setor bancário, onde o objetivo era colocar algumas normas e exigências no setor para aumentar a saúde sistêmica. As novas medidas do acordo afetaram também a disponibilidade do crédito oferecido pelo setor bancário privado na economia.

O início dos anos 2000 já começava com uma estrutura para o setor financeiro muito diferente das últimas duas décadas após as transformações sofridas. Consolidado com um menor número de participantes se comparado aos períodos anteriores, tínhamos bancos privados nacionais, internacionais e bancos público.

Com uma moeda estabilizada, economia aberta e uma modernização do sistema financeiro como um todo, o setor bancário estava pronto para se desenvolver no Brasil. O crédito na ponta final estava baixo comparado com as décadas passadas e o número de bancos oferecendo esses tipos de produtos reduzido. Isto à primeira vista nos leva a imaginar que um menor número de bancos possa sim oferecer um crédito mais baixo, porém quando começamos a olhar os spreads praticados ainda sim vemos um valor consideravelmente alto, mesmo com uma taxa de juro em tendência de queda.

O fato de termos um setor bancário mais concentrado permite que esses spreads mais altos sejam praticados e a concentração das maiores instituições financeiras detentoras do ativo total na economia, nos ajuda a perceber isso. Mesmo com o consumo por crédito aumentando nos últimos anos, ainda sim temos muita dificuldade em facilitar de certa maneira o crédito na ponta final, o que acaba acarretando um juro maior.

O entrave de uma taxa de juro elevada, é a inviabilidade de financiar a economia como um todo, seja para um simples crédito pessoal que será gasto na maioria das vezes em bens de consumo de curto prazo, quanto para o financiamento infraestrutura, segmento este fundamental para um país subdesenvolvido como o Brasil.

A alegação por parte dos bancos, parte do pressuposto que a insegurança jurídica, a dificuldade de execuções de garantias e um índice elevado de inadimplência, são os principais fatores pelo qual não é possível oferecer crédito para a economia com um custo mais atrativo e a consequência está bem clara que se resulta em spreads bancários elevados.

Devemos enxergar o dinheiro como um bem qualquer, que obedeça aos princípios da oferta e demanda, quanto maior a oferta de dinheiro teoricamente mais barato deveria ser. Já tivemos uma maior competição no setor bancário na década de 80 e começo dos anos 90, porém não tínhamos um ambiente econômico favorável pelos problemas macroeconômicos. A concentração bancária pode não ser o principal fator para essas consequências, porém é um fator relevante e que precisa ser tratado.

Em um mundo com diversas economias cada vez mais adotando alguns princípios do livre mercado, impor diversas restrições, burocracias e a dificuldade de novos participantes, afasta potenciais novos concorrentes e fomenta cada vez mais o modelo de negócio atual do setor. Porém hoje já estamos vendo uma mudança significativa no setor bancário, a entrada de empresas baseadas em desenvolvimento de tecnologia e conceitos de serviços diferenciados no setor tem ganhado cada vez mais espaço, o movimento ainda é recente, mas já podemos ver que o número de concorrentes para o setor bancário brasileiro tem aumentando no últimos anos, trazendo inovação e uma experiencia diferente para os consumidores.

Referencial Bibliográfico

CINTRA, Marcos. “Os juros e o cartel bancário” – Diário do Comercio, Abril de 2006.

MAIA, Geraldo Villar Sampaio. “Reestruturação bancária no Brasil: O caso do Proer” – Notas técnicas do Banco Central do Brasil, Brasília, Junho de 2003.

CARVALHO, Carlos Eduardo. “Bancos e Inflação no Brasil: da crise dos anos 1980 ao Plano Real”, 2003.

GIMBIAGI, Fabio. “Economia brasileira contemporânea – 1945 à 2010” – Rio de Janeiro, 2011.

BACEN. “Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (PROER)” – Brasil, 1996.

De La Peña. “México: a crise de 1995 em perspectiva histórica” - UNICAMP Instituto de Economia, 1997.

DIESSE. “A Conjuntura Econômica Recente: Crise Financeira e a Vulnerabilidade do Real” – Setembro, 1998.

PUGA, F.P. “Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial” – Texto para discussão, Nº 68. Rio de Janeiro, 1999.

BELAISCH, Agnes. “Do Brazilian banks compete ?” – International Monetary Fund, Washington, 2003.

CAMARGO, Patrícia Olga. “A Evolução Recente do Setor Bancário no Brasil” – UNESP, São Paulo, 2009.

NOGUEIRA, Fernando. Página 154. “História do Banco do Brasil” – Belo Horizonte, 2010.

Ricardo Pereira Soares, 2001 – Evolução do Crédito de 1994 a 1999: Uma Explicação. IPEA (Texto para discussão, Nº 808).

Luiz Fernando Rodrigues de Paula Marques e Maria Beatriz Leme, 2005 – IX Encontro de Economia Política, Uberlândia.

GIMBIAGI, Fabio. Página 211. *“Economia brasileira contemporânea – 1945 a 2010”* – Rio de Janeiro, 2011.